

PIB DOS SERVIÇOS RECUA 2,5%, MAS AINDA É O SETOR COM MELHOR DESEMPENHO

Perdas

As estatísticas relativas ao primeiro semestre divulgadas recentemente pelo IBGE indicam queda de 4,6% do PIB brasileiro em 2016 em relação a igual período de 2015. Essa variação é resultado de uma queda de 28,0% no investimento e de 5,6% no consumo das famílias brasileiras. O consumo do governo também contribuiu negativamente ao recuar 1,9% em relação ao primeiro semestre do ano anterior. As exportações cresceram 12,9% e as importações recuaram 25,4% nessa comparação.

Entre os setores de atividade econômica, o comércio registrou a maior retração econômica com queda de PIB de 9,0% no acumulado do ano. O PIB da indústria de transformação recuou 8,0% na comparação interanual. A agropecuária e a extração mineral também apresentaram retrações de 3,4% e 7,2%, respectivamente.

No primeiro semestre deste ano, os serviços privados não financeiros observaram retração de PIB de 2,5% em razão dos resultados ruins dos setores de transportes e de serviços de informação, que tiveram quedas reais de PIB de 7,0% e 4,4%, respectivamente. No caso de transportes, pesou a retração da própria indústria de transformação e do comércio, que demandaram menos serviços no

PIB por setor de atividade, R\$ Bilhões¹

Setores de atividade	1º semestre		
	2015	2016	var. (%)
Agropecuária	198,28	191,52	-3,4%
Extrativa Mineral	26,42	24,51	-7,2%
Indústria de Transformação	315,08	290,00	-8,0%
Construção	167,91	160,77	-4,3%
Comércio	340,03	309,29	-9,0%
Financeiro	233,02	227,04	-2,6%
Serviços públicos	460,55	456,66	-0,8%
Serviços privados não financeiros	993,46	968,95	-2,5%
PIB a custo de fatores	2.734,73	2.628,74	-3,9%

Demanda agregada, R\$ Bilhões¹

Componentes de demanda	1º semestre		
	2015	2016	var. (%)
Consumo	2.038,92	1.924,21	-5,6%
Gastos do governo	616,21	604,80	-1,9%
Investimento*	683,07	491,59	-28,0%
Exportação	350,12	395,30	12,9%
Importação	493,88	368,68	-25,4%
PIB a preços de mercado	3.194,45	3.047,22	-4,6%

Fonte: IBGE. (1) a preços do primeiro trimestre de 2016.
(*) Inclui a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques.

início deste ano. No caso dos serviços de informação, pesou o desempenho ruim das telecomunicações. A queda de PIB dos serviços privados não financeiros não foi pior porque houve recuperação das atividades no setor de energia, saneamento e gás (6,0% em termos reais).

Balança de serviços melhora

A balança de serviços apresentou uma melhora nos primeiros oito meses deste ano segundo dados do Banco Central do Brasil. Entre janeiro e agosto de 2016, o déficit da balança de serviços foi de USD 19,342 bilhões. Em igual período do ano anterior, o déficit havia sido de USD 26,373 bilhões. Portanto, houve uma redução no déficit de USD 7,030 bilhões entre os dois períodos. Houve queda de USD 7,679 bilhões das despesas dos brasileiros com serviços prestados no exterior e ligeira retração das receitas brasileiras com exportações de serviços a estrangeiros, as quais passaram de USD 22,752 para USD 22,104.

Os itens que mais contribuíram para a redução das despesas dos brasileiros no exterior foram as viagens internacionais, que foram reduzidas em USD 3,693 bilhões (48% do total da queda), e os gastos com serviços de transportes, que caíram USD 1,972 bilhões (ou 26% do total da queda). No que diz respeito ao turismo internacional, houve ganhos de receitas que passaram de USD 3,847 bilhões para USD 4,224 bilhões – aumento de 9,8%.

Contudo, as estatísticas do Banco Central mostram que a desvalorização cambial observada no período e o crescimento econômico mundial superior brasileiro não resultaram num volume de exportações de serviços maior. As receitas de exportação de serviços continuaram em queda ao longo de 2016, já acumulando variação negativa de 2,8%. Esse fato

Fonte: BACEN. (1) janeiro a agosto de cada ano. (2) Royalties e aluguel de equipamentos (3) Serviços culturais, pessoais e recreativos e demais serviços.

Serviços privados não financeiros, R\$ Bilhões¹

Abertura de serviços	1º semestre		
	2015	2016	var. (%)
Energia, saneamento e gás	74,09	78,57	6,0%
Transportes e logística	114,81	106,82	-7,0%
Serviços de informação	81,55	77,97	-4,4%
Prestados às famílias e empresas	262,73	262,90	0,1%
Serviços imobiliários	460,27	442,69	-3,8%
Total	993,46	968,95	-2,5%

Fonte: IBGE. (1) a preços do primeiro trimestre de 2016.
(*) Inclui a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques.

Balança de serviços, USD Milhões¹

Contas	Janeiro a agosto		
	2015	2016	var. (%)
Transportes	-4.255,06	-2.275,61	-46,5%
Receitas	3.356,54	3.363,70	0,2%
Despesas	7.611,59	5.639,31	-25,9%
Viagens	-9.031,98	-4.962,27	-45,1%
Receitas	3.847,25	4.223,51	9,8%
Despesas	12.879,23	9.185,79	-28,7%
Seguros e serviços financeiros	-709,21	-460,11	-35,1%
Receitas	1.049,95	1.019,35	-2,9%
Despesas	1.759,15	1.479,47	-15,9%
Serviços prestados a empresas ²	-11.369,57	-10.847,64	-4,6%
Receitas	13.470,01	12.256,87	-9,0%
Despesas	24.839,58	23.104,51	-7,0%
Serviços governamentais	-652,33	-856,80	31,3%
Receitas	525,29	443,92	-15,5%
Despesas	1.177,61	1.300,72	10,5%
Outros serviços ³	-354,37	60,12	-117,0%
Receitas	503,03	796,38	58,3%
Despesas	857,40	736,26	-14,1%
Total	-26.372,51	-19.342,32	-26,7%
Receitas	22.752,05	22.103,74	-2,8%
Despesas	49.124,56	41.446,06	-15,6%

reforça a ideia de que os problemas estruturais de competitividade do país estão além das oportunidades de mercado que podem surgir com um câmbio mais favorável ao exportador de serviços e uma demanda mundial mais aquecida.

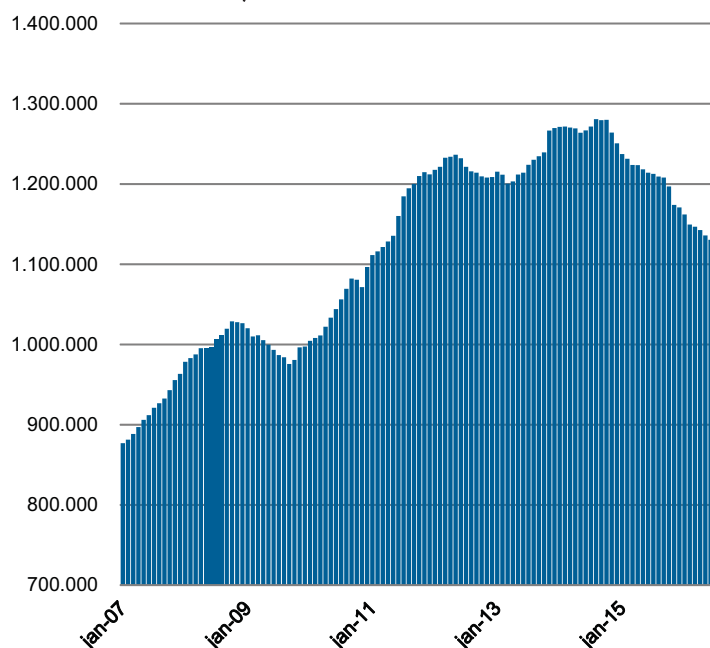
Desequilíbrio fiscal

As informações mais recentes do Tesouro Nacional dão conta de que o desajuste fiscal continuou crescendo ao longo deste ano. O resultado primário do Governo Central passou de um déficit primário de R\$ 8,904 bilhões nos primeiros sete meses de 2015 para um déficit primário de R\$ 51,073 bilhões no acumulado deste ano até julho. O aumento do déficit primário do país resultou, de um lado, do aumento de 10,3% das despesas do Governo Central e, de outro, do aumento nominal de apenas 3,6% das receitas líquidas entre 2015 e 2016.

Com esse resultado, o déficit acumulado em 12 meses até março de 2016 passou para R\$ 156,9 bilhões. Em julho de 2015, o déficit acumulado em 12 meses era de R\$ 41,3 bilhões. Essa tendência de crescimento indica que o déficit fiscal de 2016 deve ficar próxima da meta, a qual foi elevada para R\$ 170 bilhões em junho passado. Isso deve elevar a relação entre o déficit primário e o PIB de 0,3% em 2014 para 3,0% em 2016.

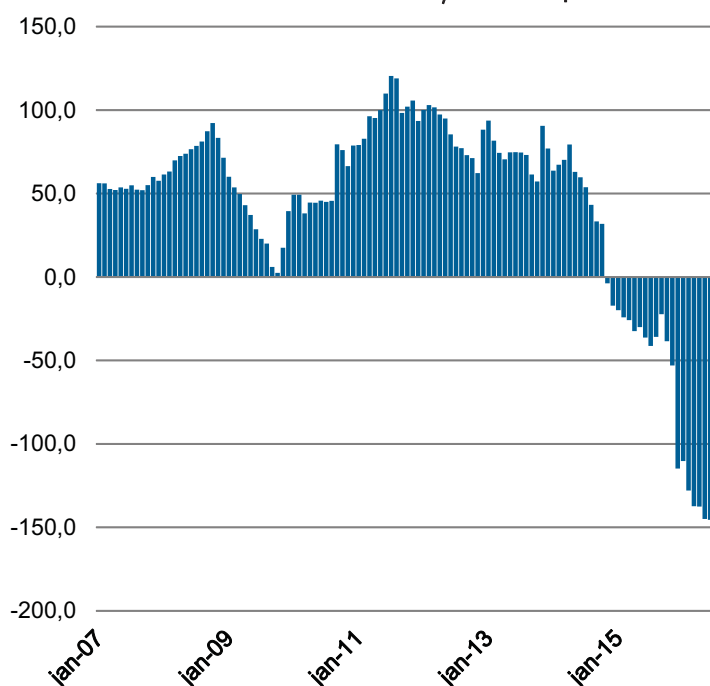
Com o aumento do déficit primário e as taxas de juros e a inflação em patamares ainda elevados, a preocupação maior continua sendo o custo de financiamento da dívida pública. A Dívida Pública Federal em poder do público passou de R\$ 2,203 trilhões em junho de 2014 para R\$ 2,959 trilhões em junho de 2016, indicando crescimento de 34,3%. O custo médio da Dívida Pública Federal, por sua vez, passou de 11,05% ao ano em junho de 2014 para 13,80% ao ano em junho de 2016. Isso reflete o aumento de 3,25 pontos percentuais da taxa de juros básica da econo-

Arrecadação tributária federal em R\$ bilhões*, acumulada em 12 meses



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE. (*) a preços de 2016.

Resultado primário acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

mia, que passou de 10,9% ao ano em junho de 2014 para 14,15% ao ano em junho de 2016. A consequência desses dois movimentos foi o aumento do custo de financiamento da dívida de R\$ 248,8 bilhões por ano em junho de 2014 para quase R\$ 421,5 bilhões por ano em abril e 2016. Isso implicou um aumento de custo para o Tesouro Nacional de R\$ 172,7 bilhões por ano, ou seja, um aumento de custo de quase 70% com a rolagem da dívida pública federal.

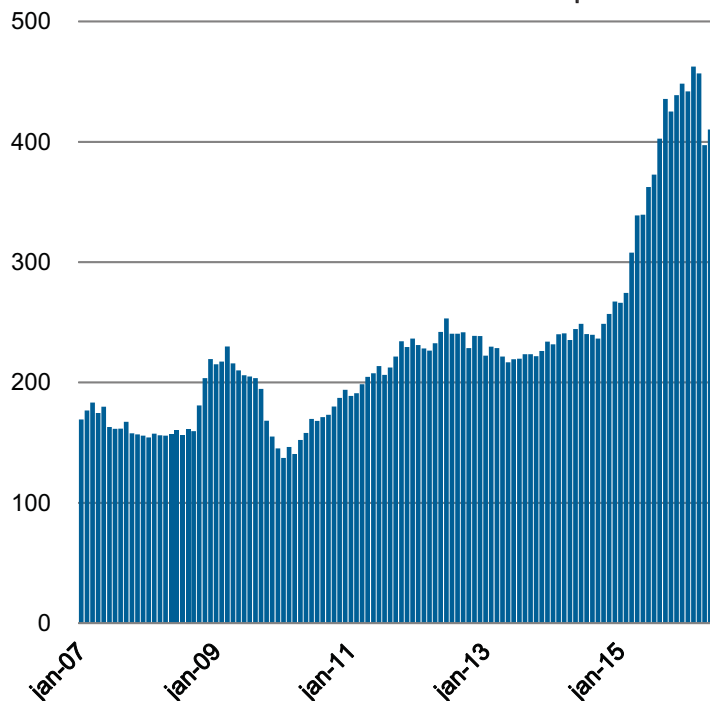
Inflação

Apesar da queda das atividades na economia brasileira, as taxas de inflação continuam elevadas. Nos primeiros oito meses de 2016, o IPCA já acumula variação de 9,4% em relação a igual período do ano anterior. Esse resultado ruim reflete principalmente os aumentos acumulados da alimentação em casa, que foram de 15,3%. Isso aponta para uma variação do IPCA ainda superior à meta, mesmo considerando que as tarifas de energia devem crescer menos, ou até cair, este ano. Os preços dos serviços de saúde também pressionaram a inflação ao longo de 2016, com aumento médio de 11,5% no acumulado do na até agosto.

O IGP-DI registrou elevação de 11,4% no acumulado deste ano. Neste caso, além da elevação dos preços ao consumidor, pesou o aumento dos preços no atacado, principalmente de produtos agropecuários, cujos preços foram puxados pelo aumento das exportações e pela desvalorização cambial.

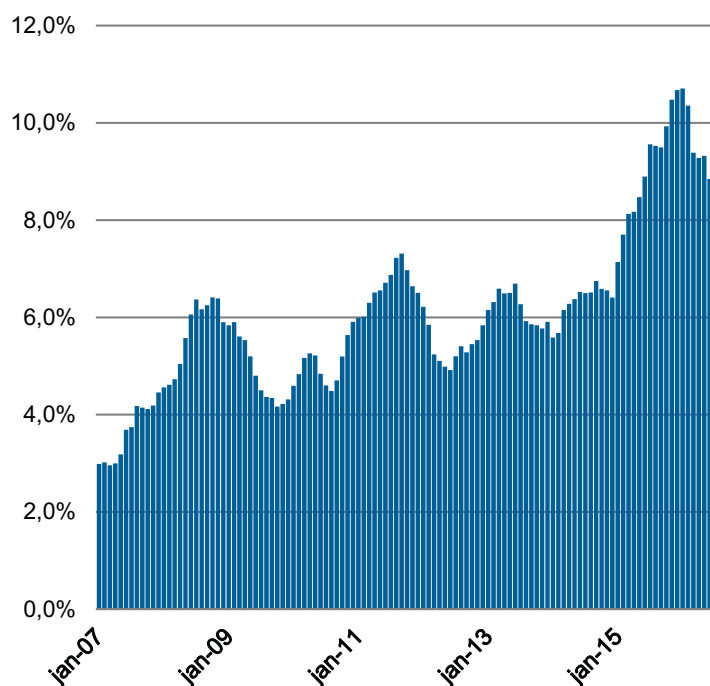
Nos serviços privados não financeiros (que não inclui serviços e saúde), o comportamento de preços foi distinto. Na média dos setores, houve aumento de preços de apenas 5,3% entre janeiro e julho de 2016 e igual período do ano anterior. Aqui pesaram os aumentos pequenos dos serviços de informação (3,0%) e de serviços prestados às

Custo da dívida pública federal em R\$ bilhões por ano



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Taxa de variação do IPCA em 12 meses, (%)



Fonte: IBGE.

famílias (6,4%). Os serviços e transportes também tiveram crescimento relativamente pequeno de 2016 (6,5%) em razão da queda das tarifas aéreas e do valor dos fretes.

Retração do emprego

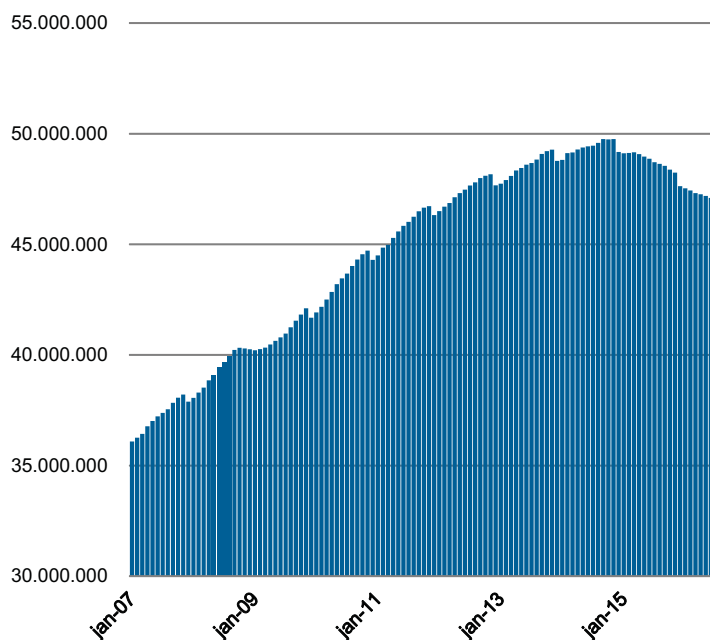
O nível de emprego no Brasil caiu acentuadamente ao longo de 2016 em razão da crise econômica. No acumulado do ano até agosto, conforme indicam estimativas da Confederação Nacional dos Serviços feitas com base em dados do Ministério do Trabalho, foram fechados 1,731 milhão de postos de trabalho com carteira assinada no país. Isso equivale a uma queda de 3,5% em relação aos primeiros oito meses de 2015.

Entre os setores de atividade econômica, a maior retração foi observada na construção civil, cujo empregado caiu 14,7%. Nos primeiros oito meses deste ano em relação a igual período do ano passado, o setor fechou 435,7 mil vagas. A indústria de transformação, cujo estoque de trabalhadores caiu 7,7% no acumulado do ano, foi o setor com maior número de postos de trabalho encerrados nesse período: 594,1 mil. O emprego no comércio e nos serviços também observaram quedas de, respectivamente, 2,8% e 1,6%.

Faturamento e emprego dos serviços

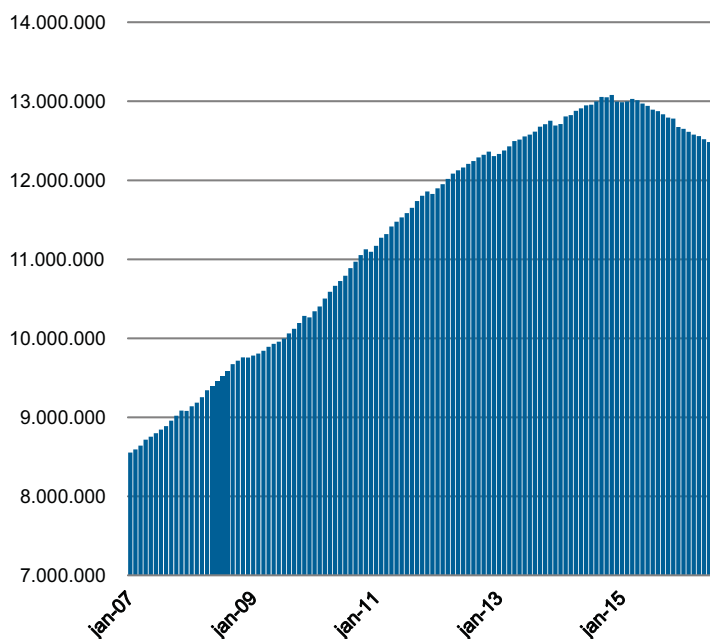
Os serviços privados não financeiros – que excluem a administração pública e o setor financeiro – registraram queda acentuada de emprego ao longo de 2016. A queda acumulada no ano foi de 3,3%. O emprego, que vinha crescendo de forma consistente até o final de 2014, estagnou no início de 2015 e, a partir de abril daquele ano, começou a cair. No acumulado do ano até agosto de 2016, os serviços privados não financeiros já fecharam 426,5 mil vagas em todo país.

Emprego com carteira assinada em todos os setores de atividade econômica



Fonte: CNS

Emprego com carteira assinada nos serviços privados não financeiros



Fonte: CNS

Como observado na seção que apresentou os resultados do PIB, as maiores perdas vieram nos segmentos de serviços prestados às empresas e serviços de transportes, dois segmentos cujas operações estão diretamente ligadas às atividades da indústria de transformação, da construção civil e do comércio. No segmento de serviços prestados às empresas foram encerradas 220,1 mil vagas no acumulado do ano até agosto e, no segmento serviços de transportes, 104,3 mil postos de trabalho (ou 24,5% do total das vagas encerradas nos últimos 12 meses).

Outro dado que corrobora a retração das atividades dos serviços privados não financeiros é a evolução do faturamento. Em termos reais, as receitas do setor caíram 4,8% no acumulado do ano até julho de 2016 segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. Entre os segmentos analisados, vale destacar as quedas observadas no faturamento dos serviços prestados às empresas, de 6,3% em termos reais, e nos serviços de transportes, de 6,4%.

Cenário incerto pede mudanças

Como foi apontado nas últimas edições do Boletim de Conjuntura da CNS, o contexto econômico se complicou severamente ao longo de 2016. O desemprego continua em elevação e o custo da dívida pública federal, que cresceu de

forma desastrosa ao longo de 2015, tem restringido o investimento público. Apesar da aprovação de uma meta fiscal com um déficit primário maior, de R\$ 170 bilhões em 2016, crescem as pressões para aumentar a carga tributária, o que de imediato teria um efeito recessivo, acentuando a perda de dinamismo da economia. A desvalorização cambial, ocorrida em 2015 e início de 2016, ainda traz efeitos sobre a elevação de preços e o aumento expressivo das exportações pressiona os preços internos das commodities agropecuárias. É, portanto, impossível um resgate de curto prazo do crescimento econômico com redução da inflação. Ao contrário, sinaliza-se para 2016 uma recessão que deve ficar em torno de 4,0% do PIB e uma inflação entre 8,0% e 9,0% no ano.

Nesse contexto, medidas de estímulo às atividades de serviços, as quais são intensivas de mão de obra, podem contribuir para o aumento rápido do emprego e para a recuperação econômica, com efeitos sobre as receitas públicas. O estímulo ao investimento no setor de turismo doméstico se somaria à desvalorização cambial para aumentar a competitividade brasileira, algo que ainda não foi perfeitamente equacionado no país. De outro lado, desestímulos aos serviços advindos de eventuais aumentos da carga tributária sobre as micro e pequenas empresas, algo que se cogita como alternativa de política fiscal, poderiam aprofundar a crise econômica.